

RELATÓRIO MENSAL DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – 18/03/2016.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ADMINISTRADOR JUDICIAL

1. O Administrador está na fase final de análise das divergências e habilitações, para elaboração e apresentação do Quadro Geral (§ 2º do Artigo 7º da Lei 11.101/2005), e estará encaminhando as decisões as respectivas partes(procuradores).

2. Em nova visita ao estabelecimento comercial das Recuperandas [17/03/16], constatou-se idêntica situação (fotos – Seq. 82) retratada nos relatórios anteriores, cujo espaço físico é ocupado pelo sublocatário.

3. Informa que os relatórios anteriores estão juntados nas Seq. 55, 64 e 82.

4. Informa ainda que, o presente relatório é baseado nas informações solicitadas as Recuperandas por este Administrador, e verificação junto a sede e informações prestadas pelo sócio proprietário.

2. DAS EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO

O pedido de Recuperação Judicial foi feito pelas empresas, BLESS COSMÉTICOS DO BRASIL LTDA; QUALYPLUS COMERCIAL LTDA-ME; NATURAL MAX LTDA, COMERCIAL SUPERFRAL ARMARINHOS LTDA, que na prática compõe “**grupo econômico**”, todas sediadas no mesmo endereço [Av. **Doutor Alexandre Rasgulaeff, 5301, Jardim Real, Maringá - PR**] conforme informado no **1º Relatório – Seq. 55**.

3. ATIVIDADES ECONOMICAS DAS RECUPERANDAS

Conforme vêm sendo retratado nos relatórios anteriores, as receitas auferidas pelas Recuperandas são **não operacionais**, ou seja, decorrentes do “**arrendamento de suas operações**”.



Não houve modificação com relação aos funcionários, ou seja, as empresas Natural Max, Qualyplus e Comercial Superfral não possuem nenhum funcionário, e somente na empresa BLESS conta com o registro de Diretor, percebendo pró-labore.

4. **RECEITAS AUFERIDAS PELAS RECUPERANDAS –
FEVEREIRO/2016.**

As receitas das Recuperandas para o mês de fevereiro/2016 são **não operacional**, ou seja, decorrente de ARRENDAMENTO de suas operações, nos seguintes valores:-

- BLESS COSMÉTICOS DO BRASIL LTDA – R\$ 18.000,00;
- QUALYPLUS COMERCIAL LTDA-ME – R\$ 1.000,00
- NATURAL MAX LTDA – R\$ 1.500,00
- COMERCIAL SUPERFRAL ARMARINHOS LTDA – R\$ 1.500,00

Total de receitas auferidas pelas empresas no mês de fevereiro/2016 foi de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais) que depois do abatimento das despesas administrativas, conforme Balancetes anexados a presente, apresentou no conjunto um **resultado líquido positivo** de R\$ 2.328,38 (Dois mil trezentos e vinte e oito reais e trinta e oito centavos).

5. **ESTOQUES**

Não houve alteração nos estoques em relação ao mês anterior. Vide Balanço Patrimonial anexado a presente.

- BLESS COSMÉTICOS DO BRASIL LTDA – R\$ 77.816,15;
- QUALYPLUS COMERCIAL LTDA-ME – R\$ 0,00
- NATURAL MAX LTDA – R\$ 7.215,00
- COMERCIAL SUPERFRAL ARMARINHOS LTDA – R\$ 0,00



O estoque declarado na contabilidade, na prática atualmente têm pouco valor venal, pois composto em sua maioria de *caixas de papelão*, e em menor quantidade de *embalagens de lenço umedecidos* e *embalagens de fraldas*, conforme informado no relatório anterior (Seq. 82).

As empresas não possuem manufatura, e o valor venal do estoque é baixo.

6. CONTRATO DE SUBLOCAÇÃO

No relatório anterior (**Seq. 82.3**) este Administrador juntou contrato de sublocação, firmado pela Recuperanda NATURAL MAX LTDA-ME, com **FABIO KERCHE DE SOUZA** em data de **12 de fevereiro de 2016**, tendo por **objeto** a sublocação do **imóvel comercial**, pelo valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), a **título de aluguel**.

O sublocatário confirmou a sublocação do imóvel e também utilização de “moldes” pertencentes a Recuperanda que estaria incluso no valor pago a título da sublocação, e fabricação dos produtos para **QUALIBLESS DO BRASIL LTDA**.

Conforme consta do contrato, o valor contratado pela locação do imóvel é de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) **receita que não está declarada no demonstrativo de resultado da Recuperanda/Natural Max**, de fevereiro/16, observando que possui receita não operacional decorrente da locação de máquinas (Seq. 64.14).

Este administrador informa que, em visita realizada no estabelecimento (17/03/16) o sublocatário (Sr. Fabio Kerche de Souza) confirmou estar fazendo os pagamentos relativos ao contrato de sublocação.

7. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

Com relação aos contratos de arrendamento que dão origem as “receitas não operacionais” foram juntados às Seq. 64.12 a 64.15.



Com a apresentação do Plano pelas Recuperandas indicaram a Arrendatária (Qualybless do Brasil Ltda) como responsável pelo pagamento aos credores, muito embora a mesma não seja signatária o plano.

Está pendente de apreciação pelo Juízo, **o pleito do Administrador (Seq. 84.1)** transparecendo seja o meio de recuperação adotado (arrendamento) com terceiro responsável por honrar plano de recuperação judicial.

8. CONCLUSÕES SOBRE AS ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS

A receita das Recuperandas decorrem de “contratos de arrendamento” firmados em 01/07/2015, que arrendaram seus *equipamentos e marcas* a terceiro, passando desde então a obter apenas **receitas não operacionais**, sendo que, não desenvolve atividade fabril própria. As receitas brutas (somadas) decorrentes do arrendamento importa mensalmente em R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Não há retomada de atividade fabril pelas Recuperandas, ou mesmo de plano de negócios para incrementar sua capacidade de geração de caixa, para o futuro pagamento dos credores sujeitos à Recuperação Judicial. Tal circunstância faz com que, mensalmente haja pequeno resultado positivo (item 4) o que tende a se manter inalterado.

A par do **fato novo** indicado no Plano de Recuperação Judicial (Seq. 78 e ss) indicando terceira empresa – **QUALIBLESS DO BRASIL LTDA** – que estaria se comprometendo ao pagamento dos credores no prazo e condições estipuladas no plano (**Seq. 78.2, pag. 16**), e face solicitação deste Administrador (Seq. 84.1) ainda não houve apreciação pelo D. Juízo

Com relação a sublocação, verificando o demonstrativo de resultado, referida receita não está declarada no demonstrativo de resultado da Recuperanda/Natural Max, para o mês de fevereiro/2016.

Neste momento cabe ao Administrador tão somente informar ao Juízo sobre a situação econômico financeira das Recuperandas, e seu

quadro atual, o que faz baseado no demonstrativo de resultado anexado à presente, e demais documentos, bem como declinar os atos mais relevantes.

Maringá, 18 de março de 2016.

CLEVERSON MARCEL COLOMBO

OAB/PR 27.401. ADMINISTRADOR JUDICIAL

